



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 348663-7**

**Agravante:** Município de Gameleira

**Advogado:** Natália Torres Barkokebas Cavalcanti

**Agravado:** Francisco José da Silva

**Advogado:** Pedro Paulo Cabral de Lira Sobrinho

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIO ATRASADO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. PAGAMENTO DEVIDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O salário do servidor tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente, no cumprimento dessa obrigação, cabe o ônus de demonstrar, através de documentação idônea, que pagou ao servidor o salário a que faz jus, de acordo com a norma constitucional.

2. Evidenciada a inadimplência do recorrente, afigura-se acertada a condenação do Município de Gameleira ao pagamento de R\$ 1.766,67 (um mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), referente à diferença correspondente ao salário do mês de dezembro de 2012 e 13º salário do mesmo ano, uma vez que o recebimento da aludida verba remuneratória devida em razão do trabalho prestado pela mesma à Administração Municipal configura-se direito constitucionalmente garantido ao servidor público, por força do disposto no art. 7º c/c art. 39 § 3º da Carta Maior.

3. Não obstante a existência de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Município de Gameleira e o Ministério Público – no qual aquele se comprometeu a efetuar o pagamento, de modo parcelado, das verbas inadimplidas aos seus servidores, durante o exercício de 2012 -, ante a inexistência de comprovação acerca do efetivo pagamento de 19/24 dos valores pleiteados pela autora/recorrida, impõe-se a manutenção da condenação imposta ao ente Municipal.

4. A verba honorária fixada no percentual de 20% sobre o valor da condenação encontra-se dentro dos parâmetros legais a que se refere o art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, de forma que uma minoração terminaria por torná-la irrisória, com total desprestígio ao trabalho efetuado pelo patrono da autora.

4. Recurso de Agravo Improvido. Decisão por unanimidade.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 348663-7, em sessão realizada no dia 25 de 09 de 2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhes provimento, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 25 de 09 de 2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**



87

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 348663-7**

**Agravante:** Município de Gameleira

**Advogado:** Natália Torres Barkokebas Cavalcanti

**Agravado:** Francisco José da Silva

**Advogado:** Pedro Paulo Cabral de Lira Sobrinho

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão terminativa que, com supedâneo no *caput* do art. 557, do CPC, que negou seguimento ao apelo, mantendo inalterada a sentença que julgou procedente, em parte, a Ação Ordinária de Cobrança nº 0000901-19.2013.8.17.0630, para condenar o Município de Gameleira a pagar ao autor, servidor público municipal, o valor de R\$ 1.766,67 (um mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), referente à diferença correspondente ao salário do mês de dezembro de 2012 e 13º salário do mesmo ano

Em suas razões recursais, de fls. 73/80, o agravante insiste em apontar feito extintivo do direto postulado, considerando que o Município já está efetuando o pagamento parcelado dos vencimentos mencionados na peça inicial, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o mesmo e o Ministério Público.

Por fim, assevera ser exorbitante o percentual fixado a título de honorários advocatícios.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 2ª Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 25 de 09 de 2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 348663-7**

**Agravante:** Município de Gameleira

**Advogado:** Natália Torres Barkokebas Cavalcanti

**Agravado:** Francisco José da Silva

**Advogado:** Pedro Paulo Cabral de Lira Sobrinho

**VOTO**

Não merecem prosperar as alegações insertas na presente seara recursal, devendo a decisão hostilizada ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Cinge-se a controvérsia à análise do direito da autora, servidora pública municipal, ao recebimento dos valores correspondentes aos vencimentos do mês de dezembro, bem como ao décimo terceiro salário, relativos ao ano de 2012.

A matéria discutida nos autos é por demais pacificada em nossos tribunais.

Com efeito, devidamente comprovada a relação laboral com o ente público, faz jus o servidor, ou empregado público, ao recebimento das verbas salariais impagas como contraprestação dos serviços prestados, em consonância com o que dispõe o art. 7º c/c art. 39, §3º, da Constituição da República.

Em verdade, o não pagamento de tais verbas importa em evidente afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, e não possui qualquer respaldo no ordenamento jurídico. Entendimento diverso significaria admitir que a municipalidade se locupletasse indevidamente da força de trabalho de seus servidores, em evidente enriquecimento ilícito.

Trata-se de verba alimentar cuja satisfação não pode ficar a mercê do beneplácito do administrador público.

Neste contexto, cabia ao município apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados, a fim de se desincumbir da obrigação. Vale dizer, a teor do art. 333, II, é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor, e, não o tendo feito, deve arcar com o pagamento das verbas salariais reclamadas, em face do reconhecimento da procedência do pedido inaugural.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

A orientação da jurisprudência desta Corte de Justiça está há muito firmada neste sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDOR MUNICIPAL REQUERENDO VERBAS IMPAGAS. SENTENÇA IMPROCEDENTE. APELAÇÃO. MUNICÍPIO NÃO COMPROVA PAGAMENTO DAS VERBAS PLEITEADAS. UNANIMEMENTE FOI DADO PROVIMENTO AO APELO, PARA REFORMAR IN TOTUM A SENTENÇA. HONORÁRIOS EM 10% (DEZ POR CENTO).1 - **Servidor público municipal que exerce cargo de motorista, requerendo verbas salariais impagas pela prefeitura, no período de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1996, mais o 13º salários do mesmo ano.** 2 - **A Municipalidade tem toda a facilidade administrativa e operacional para trazer aos autos documentos que comprovem suas alegações, contudo, nenhum documento hábil a atestar a veracidade dos fatos relatados foi colacionado ao processo;**4 - Por unanimidade, deu-se provimento ao Recurso de apelação, no sentido de reformar totalmente a sentença, para que sejam pagas as verbas salariais referentes aos meses de setembro a dezembro de 1996, incluído o 13º salário, bem como custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) obedecendo o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC, tudo, com suas correções legais (AC 152793-5, Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, DJ 16/09/2008).

AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS. DÉCIMO-TERCEIRO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. PAGAMENTO DEVIDO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.1. **O salário do servidor tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente, no cumprimento dessa obrigação, cabe o ônus de demonstrar, através de documentação idônea, que pagou ao servidor o salário a que faz jus, de acordo com a norma constitucional.**2. Evidenciada, in casu, a inadimplência do recorrente, afigura-se acertada a condenação do Município de Panelas ao pagamento dos vencimentos do autor/recorrido, referente aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 1996 e do respectivo 13º salário, juntamente com as férias e a última parcela do 13º salário referentes ao ano de 1998, uma vez que o recebimento das aludidas verbas remuneratórias devidas em razão do trabalho prestado pela autor/recorrido à Administração Municipal configura-se direito constitucionalmente garantido ao servidor público, por força do disposto no art. 7º c/c art. 39 § 3º da Carta Maior. Precedentes neste Tribunal.3. Recurso de Agravo a que se nega provimento.4 .Decisão unânime (RA 135620-3/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 12/02/2008).

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. 13º SALÁRIO E FÉRIAS. INDENIZAÇÃO POR ANO DE SERVIÇO PRESTADO. IMPOSSIBILIDADE. MORA CONFIGURADA. APELO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1.**É cediço que uma vez exercidas regularmente suas funções o servidor faz jus às gratificações salariais garantidas**



89  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**constitucionalmente.** 2.O pagamento de indenização por ano de serviço prestado a servidor destituído de cargo comissionado é incompatível com o art. 37, II, da CF. 3.**Não tendo realizado prova contrária do alegado patente se faz a mora por parte do Município apelante.** 4.Apelo improvido. 5.Decisão unânime (AC 156831-6, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, DJ 08/05/2008) – grifos nossos.

Assim, registro que a efetivação desse direito, erigido pela Carta Política à condição de garantia fundamental, não pode encontrar óbice em outros comandos constitucionais ou legais que, à primeira vista, pareçam estabelecer com aquele algum tipo de antagonismo ou impedimento.

Por sua vez, comprovou o Município agravante o efetivo pagamento à autora de 5/24 das parcelas pleiteadas (fls. 16). Nessa senda, assim como bem observado pela Magistrada de piso, impõe-se a exclusão de tais valores – postos que já adimplidos – da condenação imposta à Fazenda Pública Municipal.

Não obstante a existência de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Município de Gameleira e o Ministério Público – no qual aquele se comprometeu a efetuar o pagamento, de modo parcelado, das verbas inadimplidas aos seus servidores, durante o exercício de 2012 – ante a inexistência de comprovação acerca do efetivo pagamento de 19/24 dos valores pleiteados pela autora/recorrida, impõe-se a manutenção da condenação imposta ao ente Municipal.

Relativamente aos honorários advocatícios, com efeito, é mansa e pacífica a jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta Corte Local que nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, os honorários advocatícios podem ser fixados em porcentagem inferior ao mínimo legal, por força da disposição contida no artigo 20, parágrafos 3º e 4º do CPC. Todavia, os mesmos não podem ser modificados ao ponto de afigurarem-se irrisórios. Veja-se o ementário seguinte:

PROCESSO CIVIL – REVISÃO DO QUANTUM FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MATÉRIA DE FATO (SÚMULA 7/STJ). 1. A teor do art. 20, § 4º, do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, a verba honorária será fixada mediante apreciação equitativa do magistrado. 2. No juízo de equidade, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, § 3º, alíneas "a", "b" e "c", do CPC, podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou arbitrar valor fixo. 3. A revisão do quantum fixado a título de verba honorária, no caso dos autos, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AgRg no Ag 1032450 / RS.Segunda Turma. 14.08.2008. Rel. Ministra ELIANA CALMON.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL. ELEVAÇÃO DA MÁCULA DA INTEMPESTIVIDADE. AÇÃO RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO IRRISÓRIA. ART. 20, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. Merece parcial acolhida a pretensão declaratória, revelando-se necessária a correção de erro material/contradição nas datas apresentadas para efeito de admissão do regimental tido por intempestivo. Entretanto, no tocante às insurgências de reconsideração do decisor, mantenho as razões de decidir da monocrática, pelos seus próprios fundamentos. 2. A questão acerca do valor dos honorários advocatícios está, em princípio, relacionada com os fatos da causa, somente podendo ser reapreciada por esta Corte Superior quando fixados em patente exagero ou quando fixados de forma irrisória, sob pena de incidência da Súmula 7/STJ. 3. A jurisprudência deste Sodalício tem considerado irrisórios honorários fixados em patamar inferior a 1% sobre o valor da causa. Na hipótese dos autos, o Órgão Especial do TJ/RJ arbitrou em R\$500,00 a condenação dos autores ao pagamento de honorários advocatícios, em pretensão rescisória com valor de R\$300.000,00. Ante o valor irrisório do arbitramento honorário, a verba deve sofrer majoração para o montante de 1% sobre o valor da causa - R\$3.000,00. 4. Embargos CONHECIDOS e PARCIALMENTE ACOLHIDOS. EDcl no AgRg no Ag 1122039 / RJ. Terceira Turma. 16.05.2011. Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA -DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS.

In casu, houve condenação em 20% (vinte por cento) sobre o valor devido, que corresponde a R\$ 1.766,67 (um mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). Reduzir a condenação nos termos pretendidos pelo recorrente, seria tornar a condenação da verba advocatícia irrisória, em total desprestígio ao trabalho do patrono da autora/apelada. Assim, tenho que mesma se afigura em plena consonância com os preceitos do art. 20 do CPC e seus parágrafos.

Ante o exposto voto pelo improvimento do presente Recurso de Agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 25 de 08 de 2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**